

FELIPE DE MORAES FERREIRA

O IMAGINÁRIO MONARQUISTA: A MEMÓRIA DO IMPÉRIO NO INÍCIO DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA (1891-1893)

MARIANA  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2014

FELIPE DE MORAES FERREIRA

O IMAGINÁRIO MONARQUISTA: A MEMÓRIA DO IMPÉRIO NO INÍCIO DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA (1891-1893)

Monografia apresentada ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler

MARIANA  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2014

## FELIPE DE MORAES FERREIRA

Monografia apresentada ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler

Data de aprovação: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Avaliadores:

---

Prof. Dr. Jefferson José Queler (UFOP)

---

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

MARIANA  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente, aos meus pais Natalino e Beatriz Ferreira e minha irmã pela força e apoio dado durante esses anos de graduação, a todos da minha família que também me apoiaram nesta empreitada. Os amigos que fiz na República Devassa durante esses anos de graduação. Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto e especialmente o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e ao curso de História pelo conhecimento dado através de meus professores, pelas experiências vividas, as tardes no redondo com meus amigos e outras muitas lembranças gravadas em minha memória. Agradeço a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Maria das Graças Chaves pelos anos de Iniciação Científica e pelo conhecimento que foi compartilhado e ao Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Jefferson Jose Queler pelo apoio, dedicação e ensino dado para a produção deste trabalho e por me mostrar uma nova área de conhecimento da História. Agradeço aos meus amigos Erick Mosso e André Torres pelo apoio dado desde o início, amizades estas que a distância não separou. Agradeço aos grandes amigos que fiz durante este tempo, amizades que levarei por toda minha vida, Jussara Riodouro, Ana Danilla Paschoal, Mayra Marques, Flávio Reis, Polyana Camargos, Mariano Louzada, Ana Paula Carvalho, Luiza Gal e outros muitos amigos do DEBAN que ao longo desta jornada tanto sofreram, riram e alegraram os meus dias, pelo apoio, pela confiança, pelas experiências compartilhadas, os rocks inesquecíveis, as intermináveis tardes na sala de estudo, lembranças estas inesquecíveis de um tempo tão amado da minha história.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	6
1- INTRODUÇÃO .....	7
2- O <i>JORNAL DO BRASIL</i> E SEU CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....	10
3- O IMAGINÁRIO MONARQUISTA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO .....	18
4- MONARQUISTAS VS. JACOBINOS: DISPUTAS POLÍTICAS E DISCURSOS NA IMPRENSA DA REPÚBLICA .....	29
5- CONCLUSÃO .....	37
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39

## RESUMO

Com a proclamação da República em 1889, os monarquistas foram destituídos do poder; porém, continuaram atuando e defendendo suas posições no cenário público. Na ótica das novas elites políticas, ficaram conhecidos como os subversivos da República, por serem tomados como uma ameaça à legitimação do poder republicano. Neste período, os homens do Império produziram um imaginário social monarquista, com a criação de diversos símbolos, signos e mitos que legitimavam o seu passado e criticavam o novo regime. A memória do Império constituiria uma estilização e cristalização dos costumes, da hierarquia e do modo de viver imperial. Para tanto, analisaremos colunas e reportagens do *Jornal do Brasil* entre 1891 e 1893, na medida em que tal órgão foi fundado sob orientação monarquista e se notabilizou por criticar a então jovem República brasileira.

**Palavras Chaves:** Imaginário monarquista, memória, Império, discurso monarquista, debate político, Primeira República.

## ABSTRACT

With the Republic proclamation in 1889, the monarchists were deprived of power; however, continued acting and defending their position in the public scenario. In the perspective of the new political elites, they became known as the subversive of the Republic, and taken as a threat to the legitimacy of Republican power. In this period, the Imperials produced a monarchist social imaginary, with the creation of several symbols, signs and myths that legitimated its past and criticized the new regime. The memory of the Empire would be a stylization and crystallization of customs, hierarchy and the imperial way of living. For that, we will analyze columns and articles of *Jornal do Brasil* between 1981 and 1893, to the extent that the organ was founded under monarchist orientation and became famous for criticizing the then young Brazilian Republic.

**Key Words:** Monarchist imaginary, memory, Empire, monarchist speech, public debate, First Republic.

## I – INTRODUÇÃO

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os republicanos assumiram o poder. Com o novo regime, os monarquistas eram destituídos do governo, porém, permaneciam ativos politicamente na sociedade brasileira, tanto no foro público quanto no foro privado, fosse pelas criações de clubes e associações fechadas, por jornais e revistas ou posteriormente pelo Partido Monarquista (1895) e pelo Centro Monarquista do Rio de Janeiro (1896). Tais posicionamentos contribuíram para que os monarquistas fossem, muitas vezes, perseguidos ou exilados por republicanos, ao serem vistos como os subversivos da República.

Através da articulação que os defensores do antigo regime promoviam, a cada dia surgiam novos pronunciamentos pessoais, articulavam conspirações políticas entre si e com outros grupos descontentes, e manifestavam suas opiniões na imprensa partidária, procurando arregimentar amplos setores da população para suas fileiras e convicções políticas. No entanto, nem todos os defensores do Império resistiram ao novo regime, muitos aderiram à República e ficaram conhecidos como adesistas ou neo-republicanos<sup>1</sup>.

Os monarquistas resistentes à Primeira República se fragmentaram principalmente em quatro grupos, que possuíam características próprias, caminhos e representações diferentes: seriam formados pelos monarquistas afetivos, saudosistas, intelectuais e ativistas. Os afetivos e saudosistas promoveram uma luta simbólica contra os republicanos, através de manifestações privadas como festas, celebrações, cartas e manifestações públicas, além de pequenas participações em jornais. Eram marcados pelo cultivo de uma memória positiva do Império, apegados, portanto, aos costumes políticos e sociais do antigo regime. Intelectuais e ativistas levaram a cabo sua luta política e simbólica no foro público. Ressaltaram a suposta instabilidade da República por meio de panfletos, jornais, livros e artigos<sup>2</sup>. Estes diferentes grupos monarquistas não eram distantes, por mais que se diferenciassem uns dos outros.

Neste contexto, surge o *Jornal do Brasil*, fundado no dia 09 de Abril de 1891, que ficou conhecido como o maior jornal monarquista do período. Fundado por Rodolpho Dantas, cujo editorial foi composto por homens de prestígio: como José

---

<sup>1</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986. p.08.

<sup>2</sup> *Idem*. p.10.

Veríssimo e Joaquim Nabuco, entre outros monarquistas importantes na época. Este jornal foi tratado, constantemente, como uma ameaça pelos grupos republicanos e jacobinos, daí resultando as constantes pressões e repressões por ele sofridas através dos membros do novo regime<sup>3</sup>, fosse por atentados à sede da edição do Jornal e/ou constantes ameaças aos seus jornalistas.

O *Jornal do Brasil*, com o decorrer do tempo, não se torna somente um meio de crítica e oposição do regime republicano. Ele atuou também na elaboração de um imaginário social monarquista na Primeira República. Este tomou forma para exaltar a memória, os costumes, a hierarquia e o estilo de vida imperial. Em tal cenário, a construção de símbolos e signos foi essencial para denunciar, desqualificar e deslegitimar os republicanos.

O imaginário monarquista não é simplesmente algo ilusório e quimérico, sua construção está associada aos movimentos políticos da época, com a associação entre imaginação e poder. A construção de um imaginário social se estabelece através de uma coletividade que produz um sistema simbólico que produz uma identidade social que cria uma representação de si, de seu passado, da sua organização social, de seus privilégios e de suas crenças comuns<sup>4</sup>.

Na construção de um imaginário social, produz-se uma Idade de Ouro<sup>5</sup>, na qual aquele passado se torna um ideal, baseado em lembranças, experiências vividas, convicções políticas e sociais, em ocasião na qual se constrói uma bela época que produz um sistema de explicação e uma mensagem mobilizadora a partir dos interesses de determinado(s) grupo(s) social(is). Por isso, o imaginário social não está desvinculado de acontecimentos políticos, pois o sistema simbólico está diretamente vinculado a acontecimentos do presente que atingem aquele grupo, no caso dos monarquistas, a construção do seu imaginário criava uma estilização do Império, de sua forma de governar e viver, com o objetivo de deslegitimar a Primeira República.

Para tal função, os monarquistas utilizaram as páginas de seus jornais para diversas comparações entre a República e a Monarquia, buscaram argumentos sólidos para descaracterizar os republicanos, utilizaram diversos fatos históricos e referências

---

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 258.

<sup>4</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 309.

<sup>5</sup> GIRARDET, Raoul. A idade de ouro. In: *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1987.



ao passado para elevar o Império como a melhor forma de governo. A República sempre seria vista como ineficiente, corrupta e desmoralizante.

Entre as críticas monarquistas apareciam reprovações ao militarismo republicano, à crise e estagnação econômica e aos abusos de poder. Os artigos dos jornais monarquistas sempre promoviam ataques ao novo regime, descaracterizando as políticas republicanas, acusando-as de destruir a estabilidade construída ao longo do Império ou ficado à mercê de nações estrangeiras como o EUA. Afirmavam que o regime então vigente levaria o Estado brasileiro à destruição<sup>6</sup>.

Os monarquistas, por sua vez, também eram alvo de críticas acirradas. Os republicanos afirmavam que os monarquistas se articulavam para uma tentativa de restauração da Coroa imperial, que eles traziam instabilidade e medo ao novo regime, caracterizando o Império como um regime atrasado e estagnado devido às suas práticas políticas, à atuação do Parlamento e à escravidão<sup>7</sup>. O embate entre monarquistas e republicanos seria algo constante no início da Primeira República, emergindo diariamente nas páginas da imprensa.

A década de 1890 destaca-se pela construção tanto de um imaginário republicano quanto de um monarquista. Ambos estavam ligados a convicções e interesses políticos. Os monarquistas construíram uma estilização da sociedade imperial e a desqualificação da Primeira República. O imaginário monarquista é essencial para compreendermos sua vitória simbólica em relação aos republicanos, no momento da transição do Império para a República. Através da investigação de mitos e símbolos utilizados pelos monarquistas naquelas circunstâncias, supomos, tornar-se-ia mais claro como, apesar de eles terem perdido posições de poder, triunfaram em muitos aspectos na construção da memória coletiva.

---

<sup>6</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.

<sup>7</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.

## 2 – O JORNAL DO BRASIL E SEU CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No início da Primeira República é fundado o *Jornal do Brasil*, que se estabelece no rol dos grandes periódicos, como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*. A Primeira República já tinha passado pelo Governo Provisório e a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, antes do lançamento da primeira edição do *Jornal do Brasil*. Este surge quando os conflitos entre monarquistas e republicanos já existiam e eram conturbados.

Durante a primeira década republicana, diversos jornais e revistas surgem com as mais diversas orientações editoriais, fossem monarquistas, republicanas ou jacobinas. A instauração da República não altera o desenvolvimento da imprensa no Brasil<sup>8</sup>. Alguns veículos tiveram vidas efêmeras, ao passo que outros conquistaram grande circulação e durabilidade. A presença da imprensa monarquista seria maior no Rio de Janeiro e em São Paulo. No entanto, novas folhas surgiram em diversas partes do Brasil<sup>9</sup>.

Antes do *Jornal do Brasil*, existiram outras folhas monarquistas que repercutiram na imprensa, como a *Tribuna Liberal*, que posteriormente seria relançada como *A Tribuna*, entre os anos 1889 e 1890. Caracterizava por ser um jornal monarquista que produziu duras críticas ao novo regime, o que lhe rendia constantes ameaças e represálias. O jornal *Tribuna Liberal* foi dirigido inicialmente por Carlos de Laet e, mais tarde, quando reaparece como *A Tribuna*, por Antônio Medeiros. O jornal sempre teve como destaque os fortes artigos de Eduardo Prado contra a República<sup>10</sup>.

Com as duras críticas feitas pela *Tribuna Liberal*, em 29 de novembro de 1890, o jornal é invadido e depredado, o que causa revolta a diversos jornais cariocas. Em resposta ao ataque, os jornais lançam um manifesto como protesto da imprensa, independente das convicções políticas, partidárias e da orientação de cada editorial. O manifesto pronuncia:

---

<sup>8</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 251.

<sup>9</sup>JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 09.

<sup>10</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 253.

“A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala de redação do *Jornal do Comércio*, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo, para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à *Tribuna* e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve declarar: 1º - que não satisfaz a declaração, hoje publicada no *Diário Oficial*, por ser dúbia e frouxa; 2º - que espera sejam punidos, na forma das leis, os culpados do assalto, de que foi vítima a *Tribuna*, apontados pelo inquérito a que se está procedendo; 3º - que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que se acha, a empregar todos os meios, dentro de suas funções, para assegurá-la, mesmo a suspender a coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Comércio* – *Gazeta de Notícias* – *Gazeta da Tarde* – *Diário de Notícias* – *O País* – *Diário do Comércio* – *Cidade do Rio* – *Novidades* – *Correio do Povo* – *Democracia* – *Revista dos Estados Unidos* – *La Voce del Popolo* – *Mequetrefe* – *La Patria* – *Revista Ilustrada* – *Apóstolo* – *Sportman*”<sup>11</sup>.

Com este acontecimento, podemos perceber a tensão entre a imprensa monarquista e o regime republicano. Devido ao ataque, o revisor da *Tribuna*, João Ferreira Romariz, falece no hospital, o que acalora a discussão sobre a imprensa e levanta discussões no Congresso, o que agrava a relação entre este e Deodoro da Fonseca.

Enquanto estes fatos acontecem, o *Jornal do Brasil* começa a surgir com Rodolpho Dantas e seus primeiros contatos. Por fim, em 09 de abril de 1891, inaugura-se o *Jornal do Brasil*, uma nova folha de tendência monarquista na imprensa do Rio de Janeiro. Na direção do novo jornal estava Rodolpho Dantas como fundador, na gerência Henrique Villeneuve, e como chefe de redação Sancho de Barros Pimentel. O periódico surge com uma grande estrutura, com diversos correspondentes internacionais, como por exemplo, “Wilhelm de Amicis, na Alemanha; Paul Leroy Beaulieu, na França; Edmondo de Amicis, na Itália; Emile de Laveleye, na Bélgica; W. Franklin, nos Estados Unidos; Fialho de Almeida, Teófilo Braga e Oliveira Martins, em Portugal; Joaquim Nabuco e o barão do Rosário, na Inglaterra”<sup>12</sup>.

A data de inauguração do jornal não era casual, “seu fundador era ex-Ministro do Império (29º Gabinete, 1882) e o dia do seu lançamento foi escolhido por ser o 60º aniversário do *Te-Deum* em ação de graças pela aclamação de Dom Pedro II como

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, 254p.

<sup>12</sup> *Ibidem*, 257p.

Imperador”<sup>13</sup>. A redação ficou na “rua Gonçalves Dias, 56, e foi encomendado material à casa Martinoni, de Roma”, mas o material não chegou a tempo.

“As edições iniciais foram feitas em máquina plana *Alauzet-Express*, em tiragem de 5000 exemplares. O *Jornal do Brasil* apresentou-se em oito páginas, formato de 120 por 51 centímetros, impressa a primeira página em corpo 10, com oito colunas de 6 centímetros em cada página; custava 40 réis o exemplar; 6\$000 e 12\$000 as assinaturas semestrais e anuais na capital, e 8\$000 e 16\$000 para o interior”<sup>14</sup>.

Na sua primeira edição, o jornal afirma que mesmo não tendo contribuído para a proclamação da República, tinha como dever patriótico ajudar na sua consolidação:

“Encontrando fundadas no país instituições, para as quais não contribuímos, mas em cuja consolidação supomos dever nosso de patriotismo cooperar, afim de que elas deem de si o que puderem dar bom, falaremos, sim, a este novo regime a linguagem que melhor lhe convém, e dir-lhe-emos a verdade a ele próprio mais útil, apontando-lhe a todo a propósito as escolhas fatais á sua índole, os vícios a que sua natureza dispõe, as fraquezas para que o seu mecanismo o prepara, e que lhe cumprirá a todo o transe evitar para que cedo o não contaminem germens de profunda decadência e irremediável decomposição”<sup>15</sup>.

O jornal buscava uma abordagem mais imparcial, para que não sofresse tanto com a opressão do governo e para que pudesse se solidificar como um grande editorial, mas isso não significava que o jornal não faria críticas à República. Nas suas primeiras edições se mostrava mais cauteloso, os artigos e colunas buscavam notícias mais curtas e objetivas sobre o cotidiano republicano para fundar sua oposição ao regime. As instituições republicanas seriam as primeiras a serem observadas, criticadas e seus erros apontados, pois o jornal afirma que elas já foram instaladas, no entanto, em diversos estados o regime provisório ainda prevalece na forma de governar, a Constituição e as novas instituições não estariam sendo respeitadas ou funcionando de forma correta. O periódico aponta:

“Vimos assumir as responsabilidades e obrigar-nos aos deveres da imprensa em fase deveras singular e momento realmente crítico até para a imprensa, mas sobretudo para o país; quando velhas são chamadas as instituições ainda de ontem, e novas instituições, sem duvida já fundadas, estão por funcionar em grande número dos seus mais importantes órgãos; quando de direito prevalece um regime que de fato não se acha instalado de todo; quando nos consideramos em sistema comum e definitivo de governo ao mesmo tempo

<sup>13</sup> FONSECA, Leticia Petruce. História do Jornal do Brasil: concepção e trajetória até a primeira metade do século XX. In: *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.*/ Leticia Petruce Fonseca; orientador: Rafael Cardoso. – 2008. Puc-Rio. p.23.

<sup>14</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil.* 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 257.

<sup>15</sup> *Jornal do Brasil*, “Jornal do Brazil”, edição nº 01, 09 de abril de 1981, p. 01.

que a maior porção do território nacional, os Estados, estão todos por constituir-se e continuam no regime (provisório) de administração; quando pendem de revisão, ou pelo menos de confirmação, medidas onde nada a tão funesto do que a incerteza”<sup>16</sup>.

Além do papel das instituições, o *Jornal do Brasil* menciona a recém-promulgada Constituição e aponta o que seria seu dever,

“quando em suma, essa mesma Constituição, se já se ostenta forte bastante para legitimar no governo central o uso das prerrogativas de que o investiu, de outra parte, por todas essas contingências da ocasião, ainda não o é suficiente para impedir os abusos de poder na esfera dos interesses que tornou estranhos a competência da autoridade federal”<sup>17</sup>.

Com tais afirmações, o *Jornal do Brasil* começava a caracterizar o regime republicano como insuficiente e ineficiente, acusando-o de não cumprir o papel que havia prometido. Mesmo com a instalação das novas instituições republicanas e com a Constituição, o regime ainda não estaria estável e solidificado aos olhos dos monarquistas, além de marcado por frequentes abusos de poder.

O jornal ainda afirma que sempre fiscalizará os abusos de poder do novo regime, pois este seria o serviço supremo da imprensa devido às circunstâncias políticas. Ainda na primeira edição, o jornal coloca:

“Este afigura-se-nos o serviço supremo e o mais leal da imprensa aos sistemas políticos como o que atualmente nos rege; o mérito desse serviço sobe de ponto, de valor e de necessidade a considerarmos que, suprimidas as normas parlamentares, até aqui reputadas mesmo nesta forma de governo o melhor meio de fiscalizar os abusos do poder, esta função essencial às sociedades livres há de hoje tocar naturalmente e na sua maior latitude a imprensa”<sup>18</sup>.

Ao longo de suas edições, o *Jornal do Brasil* cresce e solidifica sua estrutura e ganha mais espaço entre os jornais cariocas. Com sua abordagem ampla em vários segmentos, como política e economia, ainda havia espaço sobre as questões internacionais. Com os seus diversos correspondentes, o *Jornal do Brasil* diariamente publicava notícias sobre a Inglaterra, EUA, Suíça, Argentina, Chile, Alemanha e outros países. Dessa forma, sempre lançava artigos como “*A Europa e os países novos*” e “*A*

<sup>16</sup> *Jornal do Brasil*, “Jornal do Brasil”, edição nº 01, 09 de abril de 1981, p. 01.

<sup>17</sup> *Jornal do Brasil*, “Jornal do Brasil”, edição nº 01, 09 de abril de 1981, p. 01.

<sup>18</sup> *Jornal do Brasil*, “Jornal do Brasil”, edição nº 01, 09 de abril de 1981, p. 01.

*crise da América Latina*”<sup>19</sup>, com os quais, através de dados sólidos, referências e a diversas fontes, procurava demonstrava ser um jornal bem informado e estruturado.

O jornal também publicava folhetins, notícias financeiras e sobre comércio, efemérides brasileiras, esportes, teatro e salões. Além destas colunas, a partir da 6ª edição do jornal, cria-se a coluna *Sciencias*, que tinha como intuito desconstruir a ideia de que os leitores não apresentavam interesse sobre o assunto. Com a nova coluna, os monarquistas afirmam que o jornal buscava propagar o conhecimento desta área considerada tão importante para o progresso na época.

“O *Jornal do Brazil*, cujo programa é dos mais adiantados, procura preencher esta lacuna, criando uma secção científica aplicada de preferência a agricultura, a indústria, as artes e a medicina, a qual será escrita de modo a poder ser compreendida pelos não especialistas. A natureza em geral e as flores em particular serão um oasis que suavize a aridez da política, das finanças, do comércio e, ainda mais, das polêmicas pessoais”<sup>20</sup>.

Joaquim Nabuco se destaca cada vez mais como um grande nome do jornal. Suas colunas, que possuíam um caráter mais duro nas críticas acerca das políticas republicanas, acabavam atingindo grande repercussão. No mês de junho de 1891, Nabuco retorna ao Rio de Janeiro e se torna o redator chefe do jornal, apresentando como suas primeiras publicações uma série de artigos intitulados “*Ilusões Republicanas*” e “*Outras Ilusões Republicanas*”, que vão atingir diretamente os republicanos. Por isso, o debate torna-se mais acalorado e novas ameaças ao jornal são feitas.

Enquanto empresa, o jornal, em 1891, vai bem e começa a publicar seções de outros jornais, como as do francês *L'Étoile du Sud* e do italiano *Il Brasile*, além de adquirir novas e modernas instalações no mês de outubro. Esta nova fase do jornal seria compartilhada com seus leitores, pois reafirmam sua missão e seu perfil monarquista. Seu serviço à sociedade seria combater os abusos dos republicanos e a desorganização social que eles promoviam com suas mudanças.

“Terminada a instalação de suas oficinas, inaugura com o número de hoje o *Jornal do Brasil* a sua impressão definitiva nos aperfeiçoados maquinismos, em cuja aquisição anunciará aos seus leitores haver-se esmerado com todo o empenho correspondente a extrema generosidade e a confiança sempre crescente que, a contar do primeiro dia desta folha a opinião nacional não cessou de liberalizar-lhe. (...) Nós a indicamos desde o primeiro dia,

<sup>19</sup> Estes dois artigos se encontram respectivamente nas edições 01 e 02 do *Jornal do Brasil*. *Jornal do Brasil*, “A Europa e os países novos”, edição nº 01, 09 de abril de 1891, p. 01 e “A crise da América Latina”, edição nº 02, 10 de abril de 1891, p. 01.

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, “*Jornal do Brazil*”, edição nº 06, 14 de abril de 1891, p. 02.

declarando invencivelmente alheios a quaisquer (ambições) e a todas as solidariedades da política, para ficarmos inflexivelmente obrigados ao serviço dos interesses superiores e permanentes da comunhão brasileira, tão profundamente comprometidos, mercê das surpresas, das experimentações e das influências anarquizadoras que penetrarão o organismo social, para miná-lo em todos os seus fundamentos”<sup>21</sup>.

O *Jornal do Brasil* expressa sua opinião através do que seria a sua “missão da imprensa” para afirmar que não possuía interesses, que só desejava informar e esclarecer ao público o que consideravam ser a verdade sobre os fatos. Porém, os monarquistas possuíam interesses nessas críticas, como por exemplo, desmoralizar o novo regime, exaltar a memória do Império e resgatar antigos privilégios que possuíam no antigo regime. Suas críticas não são isentas de interesses políticos, econômicos e sociais que buscavam na época. O periódico utiliza a sua “missão da imprensa” como retórica para afirmar seus interesses e persuadir os seus leitores às suas convicções.

Os monarquistas ainda afirmam que os republicanos buscavam distorcer suas críticas ao taxá-los de subversivos da República ou agentes promotores do ódio contra o novo regime. Em resposta, os monarquistas afirmam que a preocupação do jornal é outra:

“uma preocupação mais alta nos absorve. São os interesses essenciais da sociedade brasileira, os elementos fundamentais de sua existência, as garantias primordiais de sua expansão, os princípios tradicionais e conservadores de sua autonomia, de sua integridade e de sua grandeza, as suas regalias históricas, as fraquezas indispensáveis a sua liberdade e inseparáveis de qualquer regime normal, são, e frutificador”<sup>22</sup>.

Os monarquistas voltam a protestar contra a corrupção e os abusos de poder e das instituições. A liberdade de imprensa seria essencial para os monarquistas combaterem as ameaças republicanas. Através destas críticas podemos perceber que a memória do Império começava a ser construída. Eles afirmavam a intenção de restaurar a suposta grandeza perdida do país e não necessariamente o Império brasileiro. Em seu ponto de vista:

“A defesa destas grandes causas e a restauração destas grandes forças é que nos alistarão na imprensa. Diante delas desaparecem as questões acessórias e mesquinhas, nas quais se comprazem o culto fetichista das aparências e das exterioridades e o doutrinário intolérante e estéril das seitas e dos partidos. Os povos não se fizeram para os regimes políticos; sim esses regimes para os povos. Tanto pior para as formas de governo que não souberem compreender as instituições que quiserem e puderem consubstancia-los, engrandecê-los,

<sup>21</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 202, 27 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>22</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 202, 27 de outubro de 1891, p. 01.

preservá-los da corrupção e do aniquilamento. Dessas instituições será o país. Dele somente, de sua liberdade e de seu futuro, amanhã como hoje, é que será o *Jornal do Brasil*”<sup>23</sup>.

Com Joaquim Nabuco como diretor de redação, o jornal começa a publicar artigos com críticas mais fortes ao novo regime, o que causaria novamente ameaças e ataques de republicanos e jacobinos. De acordo com Nelson Sodré, o *Jornal do Brasil*,

“dá destaque especial à morte do Dom Pedro, em Paris, a 5 de dezembro, recrudescer na campanha monarquista e, na noite de 16 de dezembro, a redação é invadida pela multidão, há tiros, gritam “Mata! Mata! Nabuco”. As oficinas são depredadas. O jornal pede garantias; “o governo não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monarquistas” – é a resposta”<sup>24</sup>.

A constante pressão que o jornal sofre faz com que Rodolpho Dantas venda-o e parta para a Europa. O periódico permanece sob a chefia de redação de Joaquim Nabuco e Sancho Barros Pimentel e sua administração é assumida por Henrique Villeneuve e posteriormente por Ulisses Viana. As ameaças republicanas e jacobinas não cessam e em novembro de 1891, Floriano Peixoto assume a presidência, após renúncia de Deodoro da Fonseca, fortalecendo ainda mais o militarismo e a pressão sob os grupos monarquistas e outros grupos descontentes com a Primeira República. Em abril de 1892, o *Jornal do Brasil* passa a sociedade anônima e

“entre os sócios, significativamente, estavam grandes titulares do Império, que a Coroa havia enobrecido: os condes de Figueiredo, de Sebastião Pinto, os viscondes de São Francisco e de Ferreira de Almeida, os barões de Quartim, de Sousa Lima, de Ibiapaba, de Drumond, de Ibirocaí, os conselheiros Manuel Pinto de Sousa Dantas, Paulino José Soares de Sousa, João Alfredo Correia de Oliveira, Diogo Silva, Rodolfo Dantas, Luís Filipe de Sousa Leão, Estevão José da Silva, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Balduino José Coelho e Jerônimo Sodré, e mais comendadores, etc., etc. A reunião dessa sociedade anônima pareceria um sarau no Paço”<sup>25</sup>.

Sob o governo florianista, a perseguição aos monarquistas endurecerá e o início da Revolta da Armada, em 1893, seria o estopim para a repressão jacobina. Custódio de Melo se rebelava contra o novo regime, dizendo que lutava pela defesa da Constituição e contra o forte autoritarismo de Floriano Peixoto. No Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista começava e também a luta contra a suposta tirania de Floriano. A

<sup>23</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 202, 27 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>24</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 259.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.261.



instabilidade do governo florianista cresce, os monarquistas veem a chance de uma possível restauração, “estas iniciativas, embora ardorosamente republicanas, eram vistas com entusiasmos pelos monarquistas, que sentiam a possibilidade de combater o regime através de qualquer brecha que se apresentasse”<sup>26</sup>.

A desconfiança dos republicanos acabava por consolidar os grupos monarquistas. Os “subversivos da República” deixavam suas diferenças de lado e viam na Revolta da Armada e na Revolução Federalista uma chance de agregar os descontentes do novo regime e estabelecer uma nova articulação política. Porém, o apoio dos estados de São Paulo e Minas Gerais a Floriano Peixoto seria fundamental para o fim desses movimentos.

Jornais de oposição radicalizam as críticas ao novo regime no ano de 1893. O governo decreta novamente a lei da censura à imprensa, o que proporciona o fechamento de diversos jornais de oposição. Entre eles, o *Jornal do Brasil*, que no mês de setembro apoiava a Revolta da Armada e era invadido por jacobinos. Rui Barbosa foge para a Inglaterra e em 1º outubro o *Jornal do Brasil* tem sua edição apreendida e é fechado.

Os boatos de uma possível restauração em 1892, o início da Revolta da Armada e da Revolta Federalista em 1893, faz com que o novo regime, sob o comando de Floriano Peixoto endureça e demonstre as principais características do regime florianista, que seriam o forte militarismo e o autoritarismo, tão característicos do jacobinismo.

---

<sup>26</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986. p 68.

### 3 – O IMAGINÁRIO MONARQUISTA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Os monarquistas permanecem presentes no cenário político e social no início da Primeira República. Com a sua articulação política, eles se tornam os “subversivos da República” e através de seus jornais, manifestos e outros meios de comunicação formam o imaginário social monarquista. Este se forma tanto no foro privado quanto no público, como uma forma de os homens do antigo regime manterem-se vinculados ao passado e atuarem politicamente no presente.

O imaginário monarquista tomou forma para exaltar a memória, os costumes, a hierarquia e o estilo de vida imperial. Em tal cenário, a construção de símbolos e signos foi essencial para denunciar, desqualificar e deslegitimar os republicanos. Tais elementos não são ilusórios e fantasiosos, mas partes integrantes da realidade e das disputas de poder.

Segundo Bronislaw Baczko, o imaginário social se refere a:

“um aspecto da vida social, da actividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referencia no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percepção, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc”<sup>27</sup>.

Neste cenário, o *Jornal do Brasil* se torna uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do imaginário monarquista, devido à sua grande circulação e às suas posições políticas. O periódico aliava os dois elementos principais para a construção do imaginário, pois associava os sentimentos e a memória dos homens do Império com a articulação e exposição política que o jornal proporcionava. A construção da memória do Império não estava desvinculada de perseguições políticas sofridas por monarquistas por parte de republicanos e jacobinos.

Os artigos publicados pelo *Jornal do Brasil* eram ricos em referências ao passado, que vangloriavam as vitórias do Império e ao mesmo tempo desqualificam e

---

<sup>27</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 309.

deslegitimam a Primeira República. Joaquim Nabuco chama a atenção com seus artigos repletos de referências ao passado imperial. Os seus artigos intitulados *Outras Ilusões Republicanas* serão fundamentais na construção desse imaginário social.

No contexto sócio-político brasileiro, com o início da Primeira República, novas identidades políticas surgiam, como os monarquistas vistos pelos republicanos apenas como aristocratas e atrasados e os republicanos como homens ascendentes ao poder que estavam despreparados para isso, na visão monarquista. Na construção dessas identidades, os jornais da época seriam fundamentais, pois seriam o principal meio de difusor das questões que o debate intelectual travava com as suas diferentes posições políticas.

De acordo com Angela Alonso,

“a produção intelectual da primeira metade dos anos 1890 o denota num enfrentamento a um só tempo político e simbólico. Nela, perdeu o par decadência-progresso dos tempos do reformismo. Mas enquanto os republicanos conservaram a equação Império = decadência e se lançaram à edificação de uma tradição republicana que suplantasse a imperial, os monarquistas se puseram a resgatar a tradição imperial, invertendo os vetores: o regime deposto virou um ápice de civilização e a República, sua ruína”<sup>28</sup>.

A construção de símbolos nacionais foi fundamental para a construção do imaginário social, pois através de imagens, símbolos, heróis e metáforas, tanto monarquistas quanto republicanos criavam a sua memória e sua legitimação do passado. Figuras como Tiradentes, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Benjamin Constant surgiam como mitos nacionais e constantes leituras e releituras destes homens eram feitas, criando assim diversos mitos e símbolos através de suas imagens. De acordo com Bronislaw Baczko, “os sistemas simbólicos em que se assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”<sup>29</sup>.

Na construção de mitos, o discurso dos sujeitos pode se alterar devido às circunstâncias, o poder de renovação do mito é essencial para a sua permanência, porém, mesmo com as suas alterações, o mito permanece com o mesmo fundo, conservar-se com uma lógica. Segundo José Murilo de Carvalho,

<sup>28</sup> ALONSO, Angela. *Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana*. Prisma – Revista de História Intelectual (Universal Nacional de Quilmes, Argentina). 2008. 134p.

<sup>29</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. 311p.

“O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadravam necessariamente na retórica da narrativa histórica”<sup>30</sup>.

O personagem de Tiradentes torna-se exemplo disso, seu mito possui significados e papéis diferentes para monarquistas e republicanos, mas no fundo tem o mesmo sentido, o de grande herói da nação. O Império brasileiro resignificou a memória da Inconfidência Mineira como o embrião da nacionalidade brasileira. Os monarquistas acreditariam que a partir dessa sedição se iniciava o processo de independência do Brasil.

Segundo José Murilo de Carvalho,

“na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia”<sup>31</sup>.

As apropriações políticas da Inconfidência seriam possíveis pelas características contraditórias da sedição que eram próprias de seu período, que tinham diversas influências intelectuais e políticas dispostas a eles. Os intelectuais aproveitariam disso para escreverem sobre tal evento de acordo com os momentos e interesses políticos do seu tempo. Nesse processo de monumentalização e apropriação da Inconfidência surge o papel da memória, que seria fundamental para sua solidificação e permanência como o mito nacional brasileiro<sup>32</sup>. Por decorrência, ela sempre seria marcada na sociedade brasileira pela sua construção do imaginário político e social e não por trabalhos acadêmicos acerca do período. Exemplo disso é a sua permanência como um mito nacional em alguns livros didáticos.

Se na Primeira República Tiradentes se torna o herói nacional para os republicanos, os monarquistas elevam Dom Pedro I a tal condição. Este se torna uma

---

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 58p.

<sup>31</sup> *Ibidem*, 68p.

<sup>32</sup> FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 72p.

figura exemplar para monarquistas devido aos seus feitos no processo de independência.

Na edição do dia 04 de outubro de 1891, Joaquim Nabuco o retrata:

“D Pedro I veio para cá adolescente, no tempo em que o Rio de Janeiro devia oferecer como residência uma perspectiva pouco animadora ao herdeiro de um trono Europeu. Ele cresceu e fez-se homem em nosso país; foi o nosso sol intenso que amadureceu a sua exuberante mocidade; foi nossa terra que lhe revelou a vida; ele fez com ela o mais sincero de todos os pactos, o pacto do amor. Um dia, de repente, espontaneamente, por um impulso sem exemplo na história, esse futuro rei se faz rebelde contra a sua própria coroa, e rapta a nacionalidade Brasileira, ou é raptado por ela, nessa aventura do Ipiranga que dá à antiga colônia sobre Portugal até a primazia dinástica, a maior que ela podia sonhar naquela época. Desse modo a monarquia salva por meio de um prestígio novo incomparável a unidade da América portuguesa na crise da Independência que pulverizou a América Espanhola. As nações são todas sensíveis ao romance de sua história, e nossa Independência tem o caráter genuíno de um desses romances nacionais”<sup>33</sup>.

Para os monarquistas, Dom Pedro I teria sido fundamental para a independência em 1822. A grandeza da Monarquia não se limitava a este monarca, pois os monarquistas viam os Orléans e Bragança como uma grande dinastia. Dom Pedro II é caracterizado como um homem muito sábio, com um código de princípios políticos para um bom governo e comparado ao imperador Marco Aurélio. A princesa Isabel é caracterizada como a mãe da liberdade devido a seu papel na abolição.

A imagem de Dom Pedro II é exaltada no momento de sua morte, em 05 de dezembro de 1891. Na ocasião, ocorre uma comoção nacional. Comércio fecham, missas e pronunciamentos à família imperial acontecem, enaltecendo o ex-monarca e o regime monárquico. A mistificação de sua imagem como bom governante é solidificada. Os monarquistas veem até um possível apoio popular à defesa da sua causa e os republicanos, por sua vez, entendem isso como uma ameaça ao novo regime.

Sobre a dinastia Orléans e Bragança, Joaquim Nabuco afirma no *Jornal do Brasil*: “O que fora e o que era a monarquia cujas relações com a sociedade brasileira assim se descarnam? Nós tivemos uma monarquia *sui generis*, uma dinastia, efêmera é certo, mas uma das mais originais e *nacionais* da história”<sup>34</sup>.

A grandeza não estaria somente naquela dinastia. Para os monarquistas a instituição monárquica teria sido fundamental para a solidificação do Brasil no século XIX.

“Essa foi a dinastia, vejamos a instituição. Qual foi o seu papel na história da nossa formação e desenvolvimento? Ela não foi no seu princípio senão o eixo

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 179, 04 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>34</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 179, 04 de outubro de 1891, p. 01.

de que o Brasil carecia para o movimento que o devia constituir em uma só nacionalidade. Sem ela a grande massa se teria quebrado em corpúsculos. O erro fundamental dos republicanos foi e é supor que a monarquia era um movimento ou uma fase contrária a aspiração republicana, quando a monarquia era o núcleo em que essa aspiração começava a consolidar-se”<sup>35</sup>.

A instituição monárquica teria sido o que manteve a unidade e a nacionalidade do Brasil, e isso era representado pela mistificação das imagens de Dom Pedro I e Dom Pedro II e por eles terem conquistado as boas relações com outras grandes nações e a estabilidade do Império. Este teria promovido a liberdade política e de imprensa, algo que os republicanos discordavam e criticavam.

Com a criação destas imagens ambíguas, com significados diferentes para diversas identidades políticas e sociais, podemos caracterizar o mito político como polimorfo. Segundo Raoul Girardet,

“o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; é preciso igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não mesmo numerosas significações. Significações não apenas complementares, mas também frequentemente opostas. Nenhum dos exploradores do imaginário deixa de insistir nessa dialética dos contrários, que parece constituir uma outra de suas especificidades maiores: polimorfo, o mito é igualmente ambivalente”<sup>36</sup>.

A transição do Império para a República é marcada pela criação de novas identidades, novos grupos políticos mistificam seus heróis e exaltam suas imagens. Um embate simbólico ocorre entre monarquistas e republicanos. Os monarquistas possuíam diferentes identidades, não eram um grupo uniforme, suas convicções eram diversas. Como já mencionamos, eles se dividiam entre afetivos, saudosistas, intelectuais e ativistas.

Os afetivos se caracterizavam pelas manifestações privadas, possuíam sentimentos místicos em relação à monarquia, simpatia pela família real, limitavam-se a festas e cartas no seu cotidiano. Os saudosistas eram católicos mais radicais, tendiam a críticas moralistas dos novos costumes políticos e sociais presentes na Primeira República, apegavam-se aos antigos costumes imperiais e à sua estrutura social. Os intelectuais observavam todos os atos do governo e os censuravam, o policiamento as novas medidas do novo regime eram constantes, afirmavam a existência de uma

<sup>35</sup> *Jornal do Brasil*, “Nossa Missão na Imprensa”, edição nº 179, 04 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>36</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. 15p.

instabilidade da República e viam a possibilidade de uma restauração. Os ativistas seriam movidos a convicções pessoais, eram os homens que tinham perdido prestígio e poder com a proclamação da República, mantinham as alianças através de laços de parentesco, compadrio e clientelismo na sua organização.<sup>37</sup>

Através desses grupos, percebemos a luta simbólica que o imaginário monarquista travou contra republicanos e jacobinos. Ele representa a mistificação do seu passado vinculado às suas convicções e articulações políticas. Foram mais presentes nos primeiros anos da Primeira República, quando ainda possuíam força política. Tais símbolos e mitos não estavam despojados de força de convencimento e persuasão:

“em seu conjunto, apresentou uma força incontestada, tanto na época quanto posteriormente. Toda a crítica que desenvolveu, sobre os inícios do regime e o seu caráter oligárquico, foi absorvida pela historiografia. Até a década de 30 e mesmo após a renovação da historiografia ocorrida a partir dessa época, as interpretações monarquistas prevaleceram entre a maioria dos historiadores: a República vista como um golpe militar, a abolição como responsável pelo fim do Império, a violência da dominação oligárquica, o indiferentismo da população perante o novo regime, as excelências da Monarquia parlamentar sobre o presidencialismo republicano e a visão do Império como ‘uma época de progresso e de reformas tranquilas presididas por um rei sábio e justiceiro’”<sup>38</sup>.

O imaginário monarquista criava na memória do Império uma Idade de Ouro. Na criação de seus símbolos, tal regime se tornava o ideal de uma ordem social, de costumes e estabilidade. A formação dessa simbologia não era irreal e ilusória, esses pensamentos sobre o Império “foram efetivamente vividos antes de ter sido sonhados; sua imagem não fez mais do que sofrer o habitual trabalho de inflexão, de seleção ou de transmutação que é o da lembrança”<sup>39</sup>.

Com a idealização do passado, o imaginário monarquista criava argumentos que criticavam e deslegitimavam os republicanos. Tais posicionamentos utilizavam referências a momentos do Império, que exaltavam a força da Monarquia e criticavam os costumes vigentes. Desqualificavam o momento da proclamação fazendo críticas ao adesismo ao novo regime, as políticas contraditórias da República, a inexistência de raízes da República no Brasil.

De acordo com Raoul Girardet,

<sup>37</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1986. p 68. p.08.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>39</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*/ Raoul Girardet; tradução de Maria Lúcia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 98.

“o passo entre a legendificação de certos tempos privilegiados da memória e sua fixação no sagrado não pode deixar de ser rapidamente dado. Oposto à imagem de um presente sentido e descrito como um momento de tristeza e de decadência, ergue-se o absoluto de um passado de plenitude e de luz. Resultado quase inevitável: cristalizando ao seu redor todos os impulsos, todos os poderes do sonho, a representação do “tempo de antes” torna-se mito. E mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”<sup>40</sup>.

O imaginário monarquista criava esse ‘tempo de antes’ com o Império, ele se tornava o tempo da felicidade da nação brasileira, quando a sociedade teria conquistado o ápice da sua civilidade. As incertezas, instabilidades e deficiências daquele regime eram apagadas pelo imaginário monarquista. A Idade de Ouro representava uma expectativa do seu retorno, uma nostalgia de uma felicidade passada.

Enquanto o passado se torna um tempo glorioso, o presente representa um tempo de desordem e instabilidade. Os homens do Império questionavam a legitimidade do novo regime, apresentando as suas preocupações com o presente e o futuro da nação. Eles procuram apontar o que seriam “as ilusões republicanas” que o novo regime propagava naquele momento, demarcando assim as primeiras interpretações sobre a proclamação da República.

No discurso monarquista não houve resistência em 15 de novembro de 1889; caso contrário, aconteceria uma grande carnificina entre o povo e o exército. O primeiro não teria se mobilizado para evitar uma tragédia na história nacional. Se ela acontecesse, pensavam, até o Imperador poderia ter morrido. Na edição de 27 de setembro de 1891<sup>41</sup>, os monarquistas afirmam a existência de duas ilusões: a primeira seria que todos queriam a República, por isso não houve resistência na Proclamação, e a segunda, que todos defenderiam a República, caso ela estivesse ameaçada.

Os monarquistas acreditavam que a população não defenderia a República. Os republicanos, por sua vez, achavam que não houve resistência à proclamação porque a monarquia não possuía raízes. Os primeiros respondiam então que o Império possuía raízes sim, pois tinha passado, tradição e grandes heróis. Seu imaginário reafirmava a glória do passado imperial:

“Se ter raízes para uma instituição, um partido, uma crença, quer dizer que nenhuma força as poderia derrubar por causa da resistência do solo, nada então tem raízes em nosso país. Se porém quer simplesmente dizer nascer da alma popular, então esses sentimentos, essas ideias, esses preconceitos tão facilmente extirpados, tem as raízes que as plantas podem ter em nosso solo

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.98.

<sup>41</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas I”, edição nº 172, 27 de setembro de 1891, p. 01.



moral. Se as raízes são fracas, a semente é prolifera e dentro de pouco tempo a vegetação destruída torna a desenrolar sobre os campos esterilizados a sua camada relvosa.

Nesse sentido de fazer parte da nossa vida e de não poder ser tirada sem diminuição profunda da vitalidade nacional, a monarquia por certo tinha raízes. Nós deixamos ir o que nós é caro, mas a ferida nos mata. O Brasil é uma criação de inspirações morais profundas que se transmitirão de um longo passado até virem morrer nos nossos dias”<sup>42</sup>.

A nostalgia monárquica estabelecia sua coerência através dos valores que teriam sido existentes naquela época, como a pureza, a solidariedade e a comunhão entre todos. O Império se torna um mito no qual as diferentes identidades coletivas vivem em harmonia devido aos valores supostamente mais elevados do passado.

As críticas à República não se limitavam as instituições e aos republicanos. Muitos dos saudosistas do Império acreditavam que o novo regime teria trazido uma falsa sensação de segurança à população, ao contrário do Império. Na maioria dos argumentos cunhados pelos monarquistas, a República sofria ataques:

“A segunda ilusão criada entre os republicanos pela facilidade do triunfo é a de suporem que a república surpreendida por um 15 de Novembro ofereceria maior resistência do que a monarquia. Não tenho interesse algum em convencer os republicanos de que as coisas se passariam do mesmo modo: se converso sobre essa hipótese é porque eles se servem da ficção da maior resistência da república para desfazer em espíritos monárquicos maleáveis um resto de hesitação”<sup>43</sup>.

Além de críticas aos republicanos, os monarquistas atingiam seus heróis e suas referências históricas para deslegitimar o novo regime:

“Se a obra da Revolução Francesa ficou de pé até hoje e atravessou intacta as mudanças de governo que a França tem tido, é porque a revolução criou uma clientela política definitiva, nada menos do que o povo, destruindo as desigualdades sociais do Antigo Regime. A nossa revolução não teve caráter social, não encontrou mais escravos para libertar, não achou privilégios para abolir; foi uma reforma exclusivamente política, que se limitou a substituir como forma a monarquia parlamentar pela república federativa, e como símbolo e sceptro pela espada”<sup>44</sup>.

Por meio de referências ao passado e fatos históricos, o imaginário monarquista construía seus heróis, por isso, o heroísmo construído sobre Dom Pedro I e Dom Pedro II são fundamentais para eles legitimarem suas convicções. A nação teria nascido com o primeiro e crescido com o segundo. A República teria rompido esse processo.

<sup>42</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas II – As raízes da monarquia”, edição nº 179, 04 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>43</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas III”, edição nº 187, 12 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas III”, edição nº 187, 12 de outubro de 1891, p. 01.

Através do poder simbólico que os monarquistas criavam, eles procuravam participar mais ativamente das decisões políticas e da configuração das instituições do país. Os ataques à República não eram aleatórios, possuíam sentido no domínio entre imaginação e poder. De acordo com Baczko,

“As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões. A Invenção de novas técnicas, bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais a sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada”<sup>45</sup>.

O discurso monarquista acredita que a República dificulta o processo de democracia, ao invés de avançá-lo. A democracia poderia ser encaminhada de melhor forma através da própria monarquia, pois as mudanças seriam naturais e a ordem social permaneceria quase a mesma. República seria sinônimo de despreparo, militarismo e a propensão ao separatismo, pois ainda não haveria uma consciência nacional no novo regime.

Os monarquistas acreditavam que os próprios republicanos desistiriam do novo regime, o qual se desgastaria por si só. A República prematura destruiria e inutilizaria o povo para a futura democracia, que a própria sociedade desistiria do novo regime e clamaria pela volta da monarquia. Esta seria a terceira ilusão republicana. Aconteceriam duas situações:

“1ª Os homens que encarnavam sob a monarquia a ideia republicana perdem em geral no governo as simpatias que antes inspiravam, porque por um lado esquecem e repudiam com ostentação os seus programas e por outro mostram-se em qualidades de governo inferiores aos homens do regime deposto. Subindo por um acidente inesperado, atirados ao poder às vezes como as espumas da onda revolucionária, eles não podem ter sobre si mesmos e os que os elevarão a posse completa dos seus predecessores, formados e escolhidos por outros processos. Ora, o desprestígio dos homens influi sempre em desfavor das ideias por meio das quais eles subirão;

2ª As comparações com o regime anterior estabelecem-se no fim de algum tempo no espírito de todos; a estatística registra em diagramas infalíveis as diferenças materiais e morais entre o período da conservação e o da dissipação; o passado torna-se saudoso mesmo para que o destruirão, e o resultado dessa popularidade póstuma da monarquia é que a república do acaso não pode mais criar raízes. O país habituado antes a monarquia, que era o regime de uma consciência nacional superior a moralidade política da

---

<sup>45</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. p. 300.

época, tem na república uma sensação estranha de acefalia, do corpo que sentisse falta e necessidade da cabeça”<sup>46</sup>.

Haveria a deformação do ideal do regime, considerado como despido de raízes ou tradições. O maior erro da República seria os próprios republicanos, aos olhos dos monarquistas. Joaquim Nabuco afirma na edição 187<sup>a</sup> do *Jornal do Brasil*:

“A ilusão neste caso consiste em suporem que o interesse dos republicanos sinceros pela república, quer antigos quer novos, resistirá indefinidamente as decepções da realidade. Eu não digo que eles venham a ser nunca monarquistas; mas não tenho dúvida de que os fatos gastarão terrivelmente a ideia, até que a república se torne para eles, ainda mais do que aos olhos dos monarquistas, a deformação monstruosa do ideal republicano. Posso ir mais longe: assim como a república está vivendo, e, rapidamente, dissipando-a, herança acumulada não encontrem, não somente de fortuna, crédito, organização de disciplina, civilização e cultura, tudo enfraquecido pelo parasita desconhecido que há longos anos já destrói a nossa fibra moral, também o republicanismo puro pode se considerar um produto da época monárquica a ser arrolado no inventário da monarquia”<sup>47</sup>.

A República não teria mais a simpatia que o Império, o seu desgaste a levaria à bancarrota. Haveria um vácuo entre o Estado e a sociedade, o que causaria a ineficiência do regime. O adesismo que um dia tinha impulsionado a proclamação da República não seria mais o mesmo. Os monarquistas acreditavam que os adesistas perceberiam o erro cometido. Para eles, muitos teriam sido atraídos pela promessa de empregos, outros para permanecer no jogo do poder, outros para quebrar com antigas oligarquias ou para viver num governo igual ao dos EUA.

Porém, no desenvolvimento da República,

“o espaço entre as aspirações e os resultados aumentará cada vez mais, e a inspiração daquele ideal diminuirá como o impulso de um movimento que se sentisse afastar do seu objetivo a medida que dobrasse a sua velocidade. Depois de alguns anos de república o ideal republicano estará na posição de qualquer força consciente, vendo o seu esforço aumentar a sua ineficiência”<sup>48</sup>.

O imaginário dos monarquistas é essencial para compreender a vitória simbólica que estes tiveram sobre os republicanos, no momento da transição do Império para a República. Através da criação de mitos e símbolos, percebemos o seu triunfo em muitos

<sup>46</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas IV – A decadência do Ideal Republicano” edição nº 193, 18 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>47</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas III”, edição nº 187, 12 de outubro de 1891, p. 01.

<sup>48</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas III”, edição nº 187, 12 de outubro de 1891, p. 01.

aspectos da construção da memória coletiva; apesar de terem perdido suas posições de poder, venceram na estilização e cristalização dos costumes e modo de viver imperial.

#### 4 – MONARQUISTAS VS. JACOBINOS: DISPUTAS POLÍTICAS E DISCURSOS NA IMPRENSA DA REPÚBLICA

No início da Primeira República acontece um embate entre os discursos monarquistas e republicanos, em relação a críticas e defesas ao novo regime. O debate político entre esses dois grupos é essencial para compreender a política e o debate intelectual que acontecia entre os diferentes jornais da época. O *Jornal do Brasil* se destaca como a principal folha monarquista da época. Mesmo procurando uma linha editorial mais imparcial, ele promoveria constantes críticas ao novo regime.

De acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti,

“compunham-se os grupos monarquistas de antigos políticos de expressão, obscuros políticos de província, funcionários vinculados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos e jornalistas da imprensa partidária: todos tinham em comum ressentimentos relativos à perda de prestígio, dos cargos e dos privilégios que desfrutavam sob o Império. Também *homens novos* cerraram fileiras entre os monarquistas: bacharéis das faculdades de Direito, de políticos decaídos; católicos radicais e descontentes por razões diversas. Ligavam-nos, a todos, o profundo respeito pela tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso”<sup>49</sup>.

A crítica monarquista atinge vários pontos do regime republicano, como por exemplo, o militarismo, o federalismo e o autoritarismo. Ela procurava demonstrar como o regime era instável e os republicanos incapazes de governar. Para expor sua opinião, os monarquistas utilizaram manifestos coletivos, pronunciamentos pessoais e alianças com outros grupos descontentes.

Eles seriam constantemente taxados de visionários, de um grupo de homens inconformados e que se dividia entre o exílio e o Brasil. Para os republicanos, os monarquistas só buscavam semear a discórdia com os boatos restauradores do Império.

Com a queda do Império, houve conflitos entre o exército e outras forças militares, a proclamação da República não era um consenso entre os mesmos. Em algumas províncias houve resistência e conflitos, como no Maranhão, Bahia e Santa Catarina. Além destes conflitos, os republicanos não permitiriam contestações ao novo regime.

“O novo governo precipitou-se de imediato sobre os antigos senhores da situação: afastou detentores de cargos vitalícios (como o Barão de Loreto do

---

<sup>49</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 09.

Colégio Pedro II): manteve sob constante vigilância políticos e jornalistas: violou correspondências; aprisionou homens de prestígio (Silveira Martins ficou preso sob palavra até ser banido em 21 de dezembro) agindo enfim de maneira a intimidar qualquer contestação”<sup>50</sup>.

Monarquistas de destaque como Joaquim Nabuco, Visconde de Ouro Preto e Rodolpho Dantas sofreriam perseguições ou exílios. Entre aqueles que permanecem no Brasil, Rodolpho Dantas ganha destaque ao fundar o *Jornal do Brasil* em 1891. Em suas primeiras edições, o periódico daria destaque à política, à crise econômica, e ao clima de insegurança que estaria acontecendo na época.

A pressão republicana se daria através de exílios, prisões, perseguições e censura à imprensa em diversos momentos. Foram diversos os meios que buscaram suprimir os descontentes com a República. O cenário político se incendiava na época, através dos jornais e manifestos. Os monarquistas acreditavam que o território se desmembraria a qualquer momento, preocupavam-se com a soberania nacional e a dificuldade que o federalismo traria numa possível restauração. Na edição 187<sup>a</sup>, o *Jornal do Brasil* afirma:

A questão da Federação seria realmente a maior das dificuldades a volta da monarquia se a república pudesse sustentar o seu caráter federativo, e a monarquia parecesse aos estados perda ou limitação da autonomia adquirida. A república, porém, ainda não tem um ano de vida semi-constitucional e á emaranhou de modo a não poder mais desembaraça-la, a meitada federal. Em relação a autonomia a obra republicana não passará, com o devido respeito, de uma triste farsa. O período em que entramos a 15 de Novembro é o período militar. Esta é que a verdadeira garantia da república, mesmo porque enquanto o governo estiver em mãos militares a monarquia estará ao menos em parte, substituída, na parte da ordem. Não são os militares os que veem isso mais claro; eles precisam acostumar lentamente os olhos a luz antes de poderem reconhecer as suas novas posições. A verdade, porém se lhes irá impondo a consciência de que na pulverização moral do país só há hoje um centro de ordem social, portanto de força governante, que é o espírito de classe militar, como antes só havia a monarquia”<sup>51</sup>.

Além de criticar o federalismo, os monarquistas afirmavam que os republicanos entravam em contradição devido ao seu militarismo e à falta de liberdade. Os últimos teriam abandonado os seus princípios liberais que tanto protestavam inexistentes no Império, a liberdade civil teria sido trocada pelo militarismo e autoritarismo nos governos de Deodoro da Fonseca e principalmente no de Floriano Peixoto. Os monarquistas descartavam qualquer participação popular no novo regime, devido à suposta incapacidade republicana de governar.

No artigo, *Os republicanos na República*, os monarquistas afirmam:

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>51</sup> *Jornal do Brasil*, “Outras Ilusões Republicanas III”, edição nº 187, 12 de outubro de 1891, p. 01.

“Não houve compreensão alguma, esta é a verdade, para o repúdio que os republicanos fizeram de todos os seus princípios liberais como a liberdade de imprensa, a liberdade eleitoral, a liberdade de opinião, a liberdade econômica, o direito do povo de não pagar impostos e de não aceitar emissões em cuja decretação seus representantes não tomem parte. O maior desses erros, porém, do partido republicano foi organizar eleições como nunca se tinham visto iguais no Império, tratando com um desprezo de velhos políticos calejados essa “ideologia” de liberdade eleitoral, de modo que elegerão um Congresso que não os pode sustentar e ao qual eles não podem sustentar tão pouco.

É essa a posição dos republicanos na República. Pela sua infidelidade aos princípios no dia da vitória eles inutilizaram-se para servir a essa causa da Liberdade Civil, que tinham prometido, e agora se quissem chamar a si a arma do militarismo, arriscavam-se a privar-nos também da Liberdade Militar, que por ato sem ficou sendo a forma da liberdade em nosso país. A melhor atitude que eles podem assumir é a de um segundo sebastianismo; esperarem “melancolicamente” pelo Washington da América Latina”<sup>52</sup>.

Em defesa, o discurso jacobino – “os radicais da República” - afirma que o Exército no poder foi necessário, pois havia um vazio de poder após a Proclamação, os civis ainda não estariam preparados para o novo regime. O Exército não largava o poder porque as instituições republicanas ainda não estariam consolidadas. Porém, esta era uma forma de apoio de alguns Estados, que buscavam atrasar o predomínio paulista na política. De acordo com Suely Robles Reis de Queiroz, esse movimento político quebraria a coesão republicana e deixaria os primeiros anos da República marcados como instáveis e perturbados. Além disso, a participação militar trazia um conteúdo moralista, reformador e sectário ao regime republicano<sup>53</sup>.

O discurso monarquista apontava o que seriam as contradições dos republicanos nos artigos de seus jornais para descaracterizarem o novo regime e a eclosão de mudanças que se estabeleceriam após a Proclamação. Os supostos erros dos republicanos seriam atribuídos à sua falta de ética no governo. Os republicanos estariam destruindo a imagem que o Império brasileiro construiu no exterior ao longo de sua existência, a estabilidade da coroa teria sido trocada pela instabilidade republicana. Como vimos anteriormente, a memória do Império começava a ser construída e a sua imagem seria de um tempo de glória e grandes conquistas.

Os jacobinos, por defenderem o autoritarismo e militarismo como forma de governo, se tornam os principais sujeitos a atacarem os monarquistas. Para eles, ao Exército não cabia apenas a função de vigilante do Estado, mas sim uma participação ativa nas atividades políticas no regime. Quando os militares assumem o governo

<sup>52</sup> *Jornal do Brasil*, “Os republicanos na República”, edição nº 116, 02 de agosto de 1891, p. 01.

<sup>53</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República – Jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 12.

provisório, a tendência natural seria ao militarismo, pois seria o caminho para a purificação das instituições republicanas. Os jacobinos teriam como tendência o autoritarismo, o nacionalismo e a xenofobia<sup>54</sup>.

Para os jacobinos, os monarquistas sempre estariam tramando conspirações nas sombras contra a República. As ameaças atribuídas a estes últimos eram entrevistas na sua suposta busca pela restauração do Império e na infiltração dos neo-republicanos no regime, ou seja, os monarquistas adesistas.

Sobre a restauração, as opiniões divergiam. Para os republicanos civis, tratava-se apenas de romantismo dos monarquistas, para outros, era uma ameaça iminente. O que faltava apenas era uma articulação política para que houvesse a sublevação, por isso, os jacobinos defendiam as políticas autoritárias. A constante ameaça monarquista vista pelos jacobinos classificaria a Revolta da Armada e a Revolução Federalista como movimentos restauradores, o que não eram.

De acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti, o rápido exílio da família real e a dificuldade de encontrar alguém na família que personificasse um líder imperial e mistificasse o trono, dificultava qualquer tentativa da restauração, devido à falta de estrutura e articulação política para o levante. Dessa forma, o espaço ficava apenas aberto para a construção do imaginário social monarquista que mistificava o modo de viver imperial e seu espaço apenas como opositores da República nos seus primeiros anos<sup>55</sup>.

Os boatos restauradores seriam constantes no início da República, na edição do *Jornal do Brasil* em 22 de abril de 1891, um leitor envia uma carta ao redator do jornal:

“Senhor Redator – Em uma das folhas vespertinas de ontem deparei com algumas verdadeiras novidades, assinadas pelo Senhor Aristides Lobo (é nome conhecido), cuja leitura me causou não pequeno assombro.

Alheio a nova ordem de coisas, como é todo bom e real Petropolitano, eu ignorava piamente que grassasse *como brotoeja no verão* (sic) o boato da Restauração Monárquica.

Amigo e servidor fiel do decaído regime, sempre cuidei, e ei tido centenas de ocasiões de o declarar, que as instituições republicanas não podiam vingar nesta terra: não porque deixem de representar uma forma de governo tão boa em tese como qualquer outra, mas porque essa forma, tão preconizada pelos ideólogos, repousa na mais plena e superior consciência da Liberdade-Fato”

<sup>56</sup>

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>55</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 15.

<sup>56</sup> *Jornal do Brasil*, “Boatos restauradores”, edição nº 14, 22 de abril de 1891, p. 03.



Através deste leitor, podemos perceber que ele era um monarquista afetivo, que estava marcado pela memória do Império, por ser fiel ao antigo regime. No entanto, não acreditava na existência de uma ação política voltada para a restauração.

Os jacobinos utilizavam os atos de força, violência e censura para barrar a presença monarquista, pois estariam defendendo a estabilidade da República. Os boatos restauradores seriam vistos pelos primeiros como uma constante e real ameaça ao novo regime. Eles se tornavam inimigos dos monarquistas devido ao seu medo por uma restauração, por isso, os constantes ataques a eles. No ano seguinte, em 1892, o nome do republicano Aristides Lobo surge novamente ligado a boatos restauradores. De acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti,

“chegaram mesmo a anunciar uma tentativa de restauração para o dia 7 de setembro de 1892. Os monarquistas, no entanto, desmentiram tais boatos: atribuíram-nos ao próprio governo, que por intermédio de agentes provocadores, pretendia levantar tumultos, aproveitando-se para efetuar novas prisões.

Em carta de Campos Salles a Bernardino de Campos, aquele comenta o alarmismo ingênuo de Aristides Lobo: “Falam é certo em uma agitação sebastianista, e até já esteve marcada para o dia 7 deste para a revolução restauradora, dizendo-se agora (...) que estava adiada... Mas creia são os próprios republicanos insensatos e visionários daqui que se encarregam de fazer circular boatos disparatados... Não aconselho o descuido: só o que quero é que não estejamos ao serviço de inimigo, prestigiando-o com boatos, que eles próprios não têm a coragem de forjicar”<sup>57</sup>.

Em 1892, a Primeira República já estava sob o governo de Floriano Peixoto, que se torna a imagem e personificação do jacobinismo. Ele é marcado pelo presidencialismo autoritário, a opressão aos opositores e pela militarização. No seu período de governança, as forças militares aumentaram e opressão aos monarquistas também, como a lei da censura, jornais monarquistas eram atacados e fechados.

Com o presidencialismo autoritário de Floriano Peixoto, os monarquistas traziam novamente as contradições republicanas, acusando-os de implantar uma ditadura militar. Para o *Jornal do Brasil*:

“O governo presidencial é um regime muito menos democrático do que o regime parlamentar. Neste a opinião influi dia a dia na direção política pela comunicação em que está com as câmaras, em cujos debates se interessa; naquele a nação mal sabe o caminho levam os negócios, não se podendo esclarecer com as discussões parlamentares, reduzidas a dissertações platônicas ou sem alcance desde que a vida dos governos não depende da confiança do parlamento. Dê-se desacordo entre o gabinete e a opinião nacional, a questão facilmente resolve-se pela retirada do primeiro; mas se o conflito for com o presidente, fica este com o direito de impor sua vontade

<sup>57</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 57.

até que termine o período presidencial. Acrescente-se que muitas vezes as qualidades que determinarão em uma certa ocasião a eleição de um presidente podem ser as mesmas que daqui a pouco o tornem o menos apto para exercer o cargo supremo”<sup>58</sup>.

Ao longo das edições, o *Jornal do Brasil* endurecia as críticas à República. O debate político se tornava mais duro. Os diversos artigos do jornal trazem as contradições entre as tradições do ideal republicano e a violência militar florianista.

A crise política e econômica da Primeira República, pensavam os monarquistas, seria devido à má administração pública dos militares. Eles não saberiam governar o país. Para os monarquistas, os militares deveriam se limitar ao seu papel no Exército. As políticas republicanas estariam levando o país a uma estagnação e depois a uma crise econômica. As políticas emissionistas e a vinda de capital estrangeiro estariam desestruturando o país, os bancos estariam trazendo a falência de diversas empresas:

“É inegável que nosso mercado financeiro atravessa atualmente, senão um período de crise, pelo menos de estagnação de negócios. Estes momentos que deveriam despertar atenção e calma do pessoal dirigente das sociedades anônimas, ao qual está confiada a fortuna de milhares de subscritores de ações, estão quase se caracterizando por um *sport* de chamadas de capital. Desde que uma nuvem de esperança se divulga no horizonte, desde que uma nova exigência de papel moeda pode ser satisfeita, nota-se que numerosas empresas, talvez para cumprir compromissos tomados imprudentemente ou pela ambição de lucros exagerados, impõem a seus acionistas aumentar as dificuldades gerais”<sup>59</sup>.

Com a Proclamação da República, diversas mudanças aconteciam, diversas estruturas sociais se desestabilizaram em detrimento do surgimento de outras. O ganho e a perda de prestígio e privilégios eram constantes entre os diferentes grupos sociais. Muitas pessoas passavam por um processo de mudança, a ordem e hierarquia social mudavam. Estas constantes transformações trariam conflitos internos, tanto em debates ideológicos quanto em conflitos militares. Os diferentes grupos descontentes com a República e principalmente com o regime florianista trariam instabilidade ao novo regime.

Com a constante opressão do governo florianista começam a surgir diversas contestações, republicanos civis começavam a questionar a permanência dos militares. Os monarquistas criticavam todas as medidas do novo regime, o que os torna alvos da opressão do regime. Num primeiro momento, os meios de contestação a este último se

<sup>58</sup> *Jornal do Brasil*, “A ditadura presidencial”, edição nº 50, 28 de maio de 1891, p. 01.

<sup>59</sup> *Jornal do Brasil*, “As chamadas de capital”, edição nº 01, 09 de abril de 1891, p. 01.

limitam a disputas ideológicas nos jornais, mas logo surgem os primeiro conflitos internos, como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista.

A Revolta da Armada, liderada por Custódio de Melo, afirmava-se a favor da Constituição e dos princípios republicanos. A Marinha não suportava mais a tirania florianista. Outros Estados apoiam a revolta em favor dos seus governadores depostos. Neste momento, os monarquistas viam a chance de unir-se a outros grupos descontentes com o novo regime. As notícias que surgiam tratando a Revolta da Armada como um movimento restaurador vinham da Europa. Tais boatos eram alimentados pela imprensa monarquista e por exilados do Império. De acordo com Maria Janotti,

“sem tardança, a imprensa francesa e inglesa ocupou-se, demoradamente, da questão brasileira. Posto que não dando ao movimento maior importância do que costumava dar aos comuns “pronunciamentos” da América Latina, atribuiu-lhe, no entanto, intenções restauradoras. Naturalmente, qualquer esforço pretendendo a mudança do regime era visto com simpatia na Europa; ainda mais que ante a instabilidade política e o crescimento da dívida externa, os capitalistas não tinham garantias para as suas empresas no Brasil”<sup>60</sup>.

A presença de monarquista na Revolta da Armada, como a de Saldanha da Gama, animava a imprensa monarquista pela possibilidade da restauração. Porém, ela não tinha esse intuito, na medida em que suas reivindicações eram outras. Com os boatos restauradores, Floriano Peixoto decretava novamente a lei da censura, jornais de oposição como dos monarquistas são invadidos e fechados.

No Rio de Janeiro a Revolta da Armada é reprimida e Custódio de Melo segue para o Rio Grande do Sul aderindo à Revolução Federalista. No sul, os revoltos afirmam que lutavam pela tirania sofrida por Floriano Peixoto, os intuitos também eram republicanos. Ao passo que os boatos e a imprensa afirmavam que esses dois movimentos eram restauradores, os líderes se esforçavam para se desvincular desses rótulos. A presença de monarquistas nos movimentos fazia com que os florianistas reafirmassem as intenções restauradoras dos dois movimentos na imprensa. Os jornais afirmavam que os revoltosos recebiam altos financiamentos da família imperial e de monarquistas para as batalhas<sup>61</sup>.

Segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti,

“enquanto o estado de sítio não usou do máximo rigor, os restauradores atuaram pela imprensa, descobrindo as mazelas da ditadura militar, e

<sup>60</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.p 68.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.73.

denunciando o jacobinismo e os desvios do governo dos preceitos constitucionais. No desenrolar da luta, noticiavam as vitórias revolucionárias, exaltando as figuras de seus chefes; mas logo tiveram que se calar pela força da censura e pelo patrulhamento dos batalhões jacobinos. O número de presos políticos se elevou, tendo sofrido perseguições os suspeitos de adesão à causa restauradora. A imprensa foi amordaçada, havendo a suspensão de vários jornais. Enfim, fechavam-se aos monarquistas seus canais de comunicação com o público”<sup>62</sup>.

A imprensa monarquista só iria retomar sua proeminência no debate político, com a posse de Prudente de Moraes. A partir de 1894, ocorre a desarticulação da presença florianista no governo, a perda de prestígio dos jacobinos, desmilitarização, redução gradual do exército, demissão de funcionários irregulares, militares saem de cargos civis. A República finalizava a sua fase militar e consolidava o caráter civil do novo regime, e os monarquistas encerravam a primeira fase do seu discurso. Os jacobinos perdem grande espaço no cenário político nacional.

Nesta primeira fase do discurso monarquista, o *Jornal do Brasil* se tornou essencial para construir este discurso, pois se solidificou como o principal veículo monarquista da época. Os importantes homens do Império que incorporaram a sua linha editorial ao longo do período, transformaram-no num grande meio de comunicação entre os defensores do Império. Com a lei da censura, em 1893, decretada por Floriano Peixoto, o *Jornal do Brasil* não resistiu e fechou. Só voltaria a circular em 1894, porém, com novos proprietários e com orientação republicana.

Entre os anos 1889 e 1893 o discurso monarquista se caracterizaria pela construção de um imaginário social e como principal fonte de oposição ao novo regime, mesmo sofrendo ataques e censura. Repudiaram a militarização, o autoritarismo, o federalismo e a crise econômica. Agora, os monarquistas permaneceriam presentes com o Partido Monarquista criado em 1895, Centro Monarquista do Rio de Janeiro inaugurado 1896 e pela presença de novos jornais e folhas monarquistas.

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.76.

## 5 – CONCLUSÃO

No início da Primeira República, a presença monarquista se torna um meio para publicações de duros artigos, nos quais a República aparece como um regime incapaz e ineficiente para governar o Brasil. Após a Proclamação, a instabilidade estaria destruindo a força e o respeito que o Império construiu ao longo da sua existência. A integridade e a soberania nacional estariam à mercê do militarismo, do autoritarismo e da iminente separação dos Estados.

Os discursos monarquistas e jacobinos se enfrentariam diariamente através dos seus meios de comunicação, travando assim uma disputa política e uma representação dos seus imaginários sociais. A constante violência e opressão dos jacobinos aos monarquistas mostravam a força e até mesmo a representação simbólica que ainda exerciam na época. Para alguns grupos, o Império ainda era visto como uma ameaça à Primeira República. Mesmo que os monarquistas não possuíssem forças para uma efetiva articulação política para a restauração do Império, seja pela falta de apoio da família imperial, de financiamento para os levantes, o temor dos boatos restauradores seriam constantes no imaginário jacobino.

Neste momento, o *Jornal do Brasil* se apresenta como um dos principais meios de disseminação e exposição das disputas políticas e da construção do imaginário monarquista. Ele se torna o principal meio de comunicação entre os defensores do Império das regiões centrais e das mais afastadas. Sua circulação se mostrava grande e crescia a cada edição. O aumento da sua circulação era visto como uma prova da ameaça que os monarquistas ainda representavam aos olhos jacobinos.

A presença de grandes nomes que se destacavam no discurso monarquista, como Joaquim Nabuco, Visconde de Ouro Preto, Rodolpho Dantas e Eduardo Prado no *Jornal do Brasil*, conferia maior credibilidade ao jornal. Os constantes e diversos artigos destes intelectuais acabavam por deslegitimar os princípios e ideais republicanos. A Primeira República era transformada em apenas uma ilusão, num regime sem raízes, sem glórias e representação política. Porém, nem mesmo as diversas medidas do novo regime, como a censura da imprensa, prisões, exílios, ataques aos jornais, impediriam o debate intelectual dos defensores do Império.

O imaginário monarquista era construídos através das críticas publicadas na época, junto com as experiências vividas por estes homens no antigo regime. A confluência entre imaginação e poder construía a memória do Império como a de um

tempo glorioso, cheio de grandes conquistas e vitórias. Ela surgia como o ápice da civilidade brasileira, o tempo da plena felicidade, tudo graças à força de seus monarcas e o modo de viver imperial. O Império era o “tempo de antes”, quando o Brasil teria tido sua Idade de Ouro. Com os símbolos e signos que representavam aquela época, como Dom Pedro I e Dom Pedro II, os monarquistas legitimavam sua luta na defesa de seus ideais.

Ocorre então uma estilização e cristalização da memória no Império, quando se busca preservar a estrutura e a hierarquia social para que os costumes e privilégios permanecessem os mesmos. Através dos diferentes grupos monarquistas, como os afetivos, saudosistas, intelectuais e arrivistas, o imaginário monarquistas vence a luta simbólica pela memória do Império e pela legitimação do discurso da incapacidade e instabilidade que a Primeira República teria trazido.

A construção e a solidificação do imaginário monarquista foram as formas encontradas por esses homens para interpretar, resistir e contestar as rápidas e constantes mudanças que aconteciam. Esta foi a forma dos tradicionais enxergarem a nova sociedade republicana. Buscaram se prender ao passado e às experiências vividas para se manterem politicamente ativos no presente. Desta forma, no início da Primeira República, os monarquistas se tornaram o grupo mais significativo na crítica e nas denúncias ao novo regime, sua força se demonstrou através da exposição na imprensa e na preservação de símbolos e signos que representavam a memória do Império.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana*. Prisma – Revista de História Intelectual (Universal Nacional de Quilmes, Argentina). 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a06.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2014.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. – 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*/ Leticia Pedruce Fonseca: orientador: Rafael Cardoso. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GARZONI, Leriche de Castro. *Disputas políticas e disputas por eleitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901)*. Revista Topoi, v.12, n. 22, jan-jun. 2011. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numero\\_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf](http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf). Acesso em 09 de junho de 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Amanda Muzzi Gomes. *Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n42/v21n42a09.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2014.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.

LOPES, Antonio Herculano. *Do monarquismo ao “populismo”*: O Jornal do Brasil na virada do século XX. In: História e imprensa: representações culturais e práticas de poder/ Lucília Maria Bastos P, Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (organizadores). – Rio de Janeiro: DPA: Faperj, 2006.

MAYER, Arno J. Concepções de mundo: Darwinismo social, Nietzsche, guerra. In: *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914* / Arno J. Mayer: trad. Denise Dottman, consultor desta edição Francisco Foot Hardman. – São Paulo: Cia das Letras, 1987.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República – Jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil*/ coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais: organizador do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Cia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 3).

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. [atualizada] Rio de Janeiro: Mauad, 1999.